



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS XII
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

MARIA MADALENA PEREIRA DE JESUS

**ABATE HUMANITÁRIO E CONSUMO DE CARNE: DIREITOS DOS
ANIMAIS E IMPACTOS AMBIENTAIS NO CAMPO**

GUANAMBI-BA
2018

MARIA MADALENA PEREIRA DE JESUS

**ABATE HUMANITÁRIO E CONSUMO DE CARNE: DIREITOS DOS ANIMAIS E
IMPACTOS AMBIENTAIS NO CAMPO**

Artigo apresentado à Universidade do Estado da Bahia, *Campus XII*,
como requisito parcial para a obtenção do grau de especialista em
Educação do Campo.

Orientadora: Prof. Dra. Mariana Teixeira Rodrigues Vila

MARIA MADALENA PEREIRA DE JESUS

**ABATE HUMANITÁRIO E CONSUMO DE CARNE: DIREITOS DOS ANIMAIS E
IMPACTOS AMBIENTAIS NO CAMPO**

Artigo apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de especialista em
Educação do Campo pela Universidade do Estado da Bahia, sob orientação da Prof^ª Dra.
Mariana Teixeira Rodrigues Vila

Aprovada em, _____ de _____ 2018.

Prof^ª. Dra. Mariana Teixeira Rodrigues Vila
(Orientadora – IF BAIANO – Guanambi-BA)

Prof^ª. Dra. Felizarda Viana Bebé
(Examinadora - IF BAIANO – Guanambi-Ba)

Prof^ª.Ma. Tatyenne Gomes Marques
(Examinadora – UNEB – Campus XII)

ABATE HUMANITÁRIO E CONSUMO DE CARNE: DIREITOS DOS ANIMAIS E IMPACTOS AMBIENTAIS NO CAMPO

Maria Madalena Pereira de Jesus¹
Mariana Teixeira Rodrigues Vila²

RESUMO

Este trabalho tece uma discussão a cerca da prática de abate de animais chamado “Abate Humanitário” e o consumo de carne. Estende-se também aos direitos dos animais e utiliza-se como princípio dois pensamentos distintos sobre direitos dos animais: o pensamento utilitarista e abolicionista, o primeiro defende a ideia de direitos dos animais no que diz respeito ao bem estar, mas não exclui que eles sirvam aos humanos; enquanto que o segundo opõe ao primeiro na defesa de que deve abolir o uso dos animais em quaisquer situações. O pensamento utilitarista nesse caso tem a sua gênese no sentimento de superioridade do ser humano em relação aos demais seres. Esse modelo de pensamento leva a justificar e tornar normal o costume de usar os animais como alimento. Além disso, essa pesquisa tem o objetivo de suscitar reflexões sobre os impactos ecológicos advindos da pecuária e como a Educação do Campo atua ou não nesta realidade. Neste sentido, adotou-se a pesquisa exploratória com abordagem qualitativa. Para a coleta de dados, aplicou-se um questionário com 12 perguntas abertas e fechadas, binárias e de múltiplas escolhas, e realizou-se a pesquisa na feira livre de Guanambi Bahia; pontos de comércio de carnes de bovinos, ovinos, suínos, peixes e aves; clínicas veterinária e pontos comerciais de produtos para animais (shops) uma ONG. Realizou-se a pesquisa nos meses de julho e agosto na feira livre, decidiu-se pelos dias de domingo, segundas feiras e quintas feiras por serem os dias de maior concentração de pessoas.

Palavras-chave: Abate humanitário. Direitos dos Animais. Exploração. Impactos ecológicos. Educação do Campo

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia UNEB e pós-graduada especialização em Políticas Públicas; Língua Portuguesa e Supervisão e Coordenação Escolar pela FAVENORTE; pós graduanda especialização em Educação do Campo pela Universidade do Estado da Bahia UNEB. E-mail: marioa.madalena@gmail.com

² 2DSc. Engenharia Agrônômica pela Universidade Estadual do sudoeste da Bahia- UESB; Mestra em Ciência dos Alimentos pela Universidade Federal de Lavras – UFLA; docente em Agroindústria no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. IF BAIANO - Guanambi-BA

1 Introdução

Abate humanitário é a definição que se dá às técnicas utilizadas nos matadouros; pistola de insensibilização, insensibilização por percussão, insensibilização elétrica, insensibilização por gás, práticas que permeiam desde o embarque até a operação da sangria. Refere-se ao “bem estar” animal no processo do abate. Diante desse conceito, a primeira pergunta é: O Abate humanitário pode ser considerado uma prática de respeito aos direitos dos animais?

Essa pergunta preliminar suscita novas perguntas como: é possível matar humanamente, sendo que as próprias palavra têm sentidos contrários? O abate é uma prática de morte e violência, interrompimento da vida animal; enquanto que humanitário é um adjetivo com características bondoso , generoso, compreensivo , tolerante, amável. Neste sentido, a terminologia “abate humanitário” não direciona para reflexões díspares. O fato de estar anestesiado e não sentir dor diante do processo do abate justifica interromper a vida e se definir a prática como normal e humano?

Nessa ótica, o abate humanitário pode ser considerado uma morte assistida ou uma eutanásia que no caso humano não é aceita no Brasil. Os animais merecem sofrer e ter suas vidas interrompidas? Como se observa, muitas perguntas podem surgir desencadeadas do conceito em discussão, por exemplo, se todas as pessoas que consomem carne têm a disponibilidade emocional coragem para matar o animal; assim pode se pensar se somos biologicamente carnívoros ou aprendemos a ser.

Diante dos questionamentos apresentados, optou-se por fazer uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa. Nessa perspectiva, o artigo “Abate Humanitário e Consumo de Carne: direitos dos animais e impactos ambientais no campo” tem o intuito de compreender se é possível abater um animal humanamente, considerando que os dois termos abate e humanitário são controversos, ou seja, abate é sempre sinônimo de morte, e humanitário sinônimo de bem- estar. Além disso, se todas as pessoas que se nutrem de carne têm coragem de matar, se nascemos predispostos a comer carne ou aprendemos, por que selecionamos alguns animais? Ou seja, comemos uns e não outros?

Impulsionadas por todos esses fatores, chegou-se ao resumo do problema abordado neste trabalho: O abate humanitário por conter a prática de métodos e técnicas de insensibilização pode ser considerado uma prática de respeito aos direitos dos animais e pode evitar impactos ambientais no campo?

Para tanto, objetivou-se com este trabalho compreender sobre abate humanitário e o consumo de carne e os direitos dos animais; analisar se a prática do abate humanitário pode ser considerada respeito aos direitos dos animais; entender o porquê de amar alguns animais e comer outros; suscitar reflexões sobre os impactos ecológicos advindos da pecuária e como a educação do campo atua nessa realidade.

Para direcionar a reflexão e elucidar tais perguntas, utilizou-se a leitura de autores como: Carol J. Adams (2018), Peter Singer (2002;2010), Rafaella Chuahy (2009), Melanie Joy (2014), Juvenal Arduini (1989), Roberto DaMatta (1984), De Rose (2004). A escolha desses autores se deu a partir de uma pesquisa prévia e percebeu-se que o teor da discussão embasaria a pesquisa porque estes autores representam o itinerário histórico da luta em defesa dos direitos dos animais desde a sua gênese até os dias atuais, além disso, discutir a centralidade antropológica e a influência cultural e social em torno do ato de alimentar. Além de vídeos e textos encontrados em sites de pesquisas como: www.svb.org.br/vegetarianismo/meioambiente; Um Apelo Emocionante pelos Animais - Philip Wollen (Austrália) https://www.youtube.com/watch?v=_mWQK0yfHnM, Palestra “Além do Carnismo” Melanie Joy <https://www.youtube.com>.

Este trabalho tem grande significado porque instiga a uma reflexão sobre os conceitos preestabelecidos ou estabelecidos sobre o “abate humanitário” e o sistema de crença que justifica o consumo de carne. Além disso, incita reflexões sobre o direito dos animais e o sistema especista³ que confere a uma espécie o direito de se sobrepor às outras.

2. Memorando: A vida, a pesquisa e os conhecimentos se tecem nas experiências diárias.

³ Especismo. Espécie + Ismo ponto de vista de superioridade de uma espécie sobre as outras, no caso a humana pode escravizar, explorar, maltratar as outras por considerá-las inferiores

Este trabalho denominado “Abate Humanitário e Consumo de Carne: direitos dos animais e impactos ambientais no campo” foi instigado durante toda a minha história de vida⁴ enquanto criança do campo que sabia e presenciava todo o procedimento para a aquisição da carne.

Nessa condição, sempre me sensibilizava pelos animais e tinha resistência e repulsa pela carne, mas minha mãe dizia que ficar sem comer carne era prejudicial à saúde e que Deus criou os animais para nos servir. A escola reafirmava essa crença quando me ensinava, por meio de uma tabela, que a carne ficava no topo dos alimentos protéicos e o leite era apresentado como a principal fonte de cálcio. Todavia, essas justificativas nunca foram suficientes para acalmar as minhas inquietudes, embora obedecesse e me alimentasse de carne.

Em 2005, ingressei em um curso não formal em Naturoterapia Integral⁵ na cidade de Jacobina – Bahia⁶ e aí começaram as minhas primeiras experiências fora da minha comunidade campestre. Um senhor idoso, Terapeuta Holístico Reformador⁷, vegetariano há mais de vinte anos, nas aulas de exercícios físicos me surpreendia com tanta energia, vitalidade e flexibilidade das articulações. Ele me afirmou que era resultado da vida vegetariana e integrada à natureza, sem ingerir produto resultante do sofrimento animal.

Essa experiência me motivou, além de me fazer abdicar do consumo de carne, me tornar ativista em defesa dos animais. Aliada à experiência narrada, em 2016 conheci um jovem ateu, vegetariano amante e defensor dos animais, que me questionou e me incitou a pensar nos animais como seres sencientes e vítimas de direitos primordiais negados, sendo o fato principal o direito à vida. Para me instruir, indicou vários documentários entre eles: “Terráqueos”; “A Carne é Fraca”; “Não Matarás”; dentre outros. Comecei os meus estudos

⁴ Nesse relato foi empregado a primeira pessoa do singular (eu) para enfatizar que a pesquisa não surgiu no curso de especialização em educação do Campo, mas ao longo das experiências de vida da autora, o curso oportunizou se formalizar a pesquisa dentro do contexto científico.

⁵ Técnicas de Terapias Naturais de desbloqueios dos pontos energéticos do corpo humano para a reintegração da saúde em termos holísticos

⁶ Jacobina é um município brasileiro do estado da Bahia criado em 1722. Localiza-se a uma latitude 11°10'50" sul e a longitude 40°31'06" oeste, estando a uma altitude de 463 metros. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Jacobina>

⁷ Trabalha com técnicas de recuperação da saúde através de alimentação saudável, ingestão regular de água, respiração ao ar puro, exposição à luz solar.prática de exercício físico , repouso Exercício da temperança

na área pesquisando várias instituições que trabalham em defesa dos animais: Instituto Nina Rosa, Fórum Animal, Agência de Notícias de Direitos Animais (ANDA) Olhar Animal, S.O.S. Bichos, Animal Equality Brasil, UNIANJOS.

Além dessas buscas, passei a conhecer ativistas em defesa dos animais, a exemplo de Dr^a Melanie Joy, Philip Wollem, Gray Yourafsky através de vídeos no youtube. Além de assistir aos referidos vídeos, eu os transcrevia.

Ao ingressar no Curso de Pós-Graduação em Educação do Campo no Departamento de Educação, Campus XII da Universidade do Estado da Bahia, pensei em realizar minha pesquisa de conclusão de curso sobre o uso de ervas medicinais pelo povo do campo. No entanto, o empenho em defesa dos animais me ardia e sufocava na certeza que minha pesquisa na área me ajudaria a conhecer mais de perto a realidade local. Além disso, tinha a convicção que esta pesquisa não seria neutra. Nesse contexto me coloquei à disposição para continuar os estudos sobre a causa e direitos dos animais e realizar a pesquisa “Abate Humanitário e Consumo de Carne: direitos dos animais e impactos ambientais no campo”.

3. Abate humanitário, bem - estar animal e os aspectos históricos, filosóficos e religiosos

De acordo De Rose (2004), antes de chegarmos ao *Homo sapiens* erámos vegetarianos, uma vez que os primatas viviam em árvores e alimentavam-se de folhas e frutos, até porque não tinham músculos desenvolvidos para uma ação que necessitasse de agilidade e resistência.

Devido ao processo evolutivo provocado por necessidade de sobrevivência, a situação climática e a escassez de alimentos vegetais, esses seres tiveram de descer e se tornar terrícolas. Por não terem pernas suficientes (até hoje uma criança precisa de nove meses a um ano para começar a andar) e sendo atacados por predadores, eles se refugiavam em cavernas, enfrentando a escassez de alimentos

Assim então, passaram a comer o que encontrassem e tornaram-se coletores – uma castanha aqui, uma minhoca ali, uma lesma acolá. Desse modo, já começaram a síndrome do medo da fome e passaram a armazenar alimentos.

Nesse processo, torna-se o *Homo instrumentalis* e, em uma de suas tentativas, agarrou-se ao galho seco e percebeu nos seus experimentos repetidos que aquele pedaço de pau chegava aonde os braços não alcançavam, de modo que adquiriu o hábito de capturar presas e tornar-se carnivorismo. Essa obviamente é uma visão evolucionista.

Na visão criacionista pode-se perguntar: Deus podia e devia mandar matar e provocar a destruição do que ele havia criado? Algumas questões devem ser refletidas antes de concluirmos que somos predadores naturais biologicamente.

Não dispomos de ferramentas naturais para abater animais, não temos dentes afiados para isso, não temos unhas para isso, não temos veneno para isso. Por exemplo, se colocar um boi na frente de um homem ou de uma mulher, eles não conseguem matar usando suas ferramentas naturais. Se fossem predadores naturais, conseguiriam fazer o abate naturalmente, sem uso de meios adicionais.

Para conseguir matar, são necessárias ferramentas fabricadas que exigiram “inteligência”, mas isso não é uma regra geral. Provavelmente mais de 99% das pessoas não têm coragem de matar o animal. Se fôssemos predadores naturais, todas as pessoas matariam sem nenhuma objeção, afirma ROSE (2004).

Nessa mesma perspectiva, Plutarco (apud Adams, 2018, p. 91) desafia “Se vocês acham que são carnívoros, então, para começar, matem vocês mesmos o que querem comer – mas façam isso vocês mesmos, com as suas próprias armas naturais, sem usar faca de açougueiro, machado ou porrete”.

Pelo desafio apresentado, abre-se um parêntese para refletirmos se nascemos com a necessidade de alimentarmos de carne. A medicina começa a nos alertar que o nosso organismo não dispõe de suco gástrico suficiente para digerir carnes, o que sobrecarrega o metabolismo, causando danos à fibra intestinal e intoxicação sanguínea, a proteína animal provoca acidez no sangue o que pode levar a sérios problemas que afetam a saúde, além de nos fazer pensar: quando ingerimos carne, estamos nos alimentando de cadáver. Afinal, não se come carne fresca, mas animais mortos há bastante tempo, que não estão mais numa condição normal. Assim afirma T. Colin Campbell especialista em Nutrição, Bioquímica e Toxicologia

(apud JOY, 2014 p.90) “Entre 80 e 90% de todos os cânceres, enfermidades cardiovasculares e outras enfermidades degenerativas podem ser prevenidas, ao menos até uma idade mais avançada, pela simples adoção de uma dieta verduras [Vegetariana]”

Na visão de ativistas, filósofos e historiadores o consumo de carnes tem sua origem nas religiões ocidentais sendo que grande parte delas pratica a exploração de animais não humanos para benefício dos humanos. PETER SINGER (2002) aborda que as tradições gregas e hebraicas fizeram do homem o centro do universo, ou talvez não só o centro, mas a totalidade. A justificativa religiosa utilitarista dos animais se baseia na afirmação da Bíblia a subjugação dos animais não humanos. Deus os autorizou a dominá-los. As principais religiões do ocidente, Judaísmo e Cristianismo, enfatizam essa ideia respaldada no livro do Gênesis:

Então Deus disse: façamos o homem à nossa imagem e semelhança. “Que ele domine os peixes do mar, as aves do céu, os animais domésticos, todas as feras e todos os répteis que rastejam sobre a terra”. E Deus criou o homem à sua imagem; à imagem de Deus ele o criou; e os criou homem e mulher. E Deus os abençoou e lhes disse: sejam fecundos, multipliquem-se, encham e submetam a terra; dominem os peixes do mar, as aves do céu e todos os seres vivos que rastejam sobre a terra. (GÊNESIS 1, 26-28).

Baseando-se nessa ótica religiosa São Tomás de Aquino, grande influente da construção do Cristianismo, afirmou que, por ser criada à imagem e semelhança de Deus, os humanos seriam superiores aos animais. Como Santo Agostinho, acreditava também que os animais não tinham alma, qualquer ato dos humanos contra os animais não seria pecado.

Justificativa fundamentada também na visão e argumentação de Aristóteles que dizia que os animais têm alma sensitiva e locomoção, ao contrário do humano que tem alma racional e pensamento. Ou seja, defendia que existe uma hierarquia na natureza e os que tinham menor capacidade racional estavam para servir os que possuíssem mais capacidade lógica de raciocínio. Nesse contexto, Basílio, João Crisóstomo e Francisco de Assis tinham pensamentos contrários, porém não conseguiram mudar a tradição.

Vale ressaltar, que a partir da perspectiva do cristianismo, tomando por base as ofertas dos irmãos Caim e Abel a Deus, é coerente pensar que as elas teriam o mesmo valor, sendo

parte do trabalho e do esforço deles. Mas acontece o contrário: “E aconteceu ao cabo de dias que Caim trouxe do fruto da terra uma oferta ao Senhor. E Abel também trouxe dos primogênitos das suas ovelhas, e da sua gordura; e atentou o Senhor para Abel e para a sua oferta” (GÊNESIS 4:3,4).

Além do episódio das ofertas dos irmãos, é comum em todo o Antigo Testamento os sacrifícios de animais como oferendas a Deus como forma de agradecimento e expiação dos pecados. Também no Novo Testamento existem citações como no caso do afogamento de um rebanho de porcos feito por Jesus.

Além do Cristianismo, o Islamismo (expressão religiosa baseada nas ideias de Abraão) defende o ponto de vista de que o homem é um ser especial e superior aos animais e que eles foram criados para servi-lo, embora haja algumas divergências no livro sagrado deles, o Alcorão.

Iluministas como Descartes seguiram a mesma lógica cristã de que os animais eram desprovidos de capacidades mental, espiritual e consciência, portanto, incapazes de pensar e sentir dor. Por outro lado, outros filósofos como Immanuel Kant e John Locke acreditavam que os animais sentiam dor, mas sem habilidade racional. Nesse caso, sem autonomia moral, fator fundamental para a aquisição de direitos.

Ao considerar essa trajetória, somente no século XIX é que Darwin com as suas teorias conseguiu provar a relação homem-animais por meio da qual mostra que ambos são capazes de sentir emoções, habilidade de raciocinar, sentimentos – mesmo que rudimentares. Assim, entra em contraponto com a visão antropocêntrica.

O mais curioso é que grandes evoluções aconteceram ao longo da história humana o que aumentou a capacidade intelectual e as oportunidades de acesso aos centros educacionais, mas depois de milhões de anos elevadíssima parte de pessoas continua com a mesma visão, sobretudo aquelas adquiridas pela religião. Nesse sentido, RAFAELLA CHUAHY afirma:

O homem continua a agir com a mesma brutalidade de há mil anos. Em vez de buscar soluções alternativas, avança com a tecnologia na direção da criação e do extermínio de animais com velocidade e eficácia. Ganância, estupidez, crueldade, ambição, falta de lealdade, desdém, e individualismo

excessivo são o que nos leva a explorar negros, pobres, índios, cachorros, vacas, gatos e até aqueles a quem chamamos amigos. (CHUAHY, 2009, p.8).

Nessa ótica, percebe-se que a exploração de animais humanos e não humanos está intrinsecamente ligada a uma mesma fonte, isto é, a falta de valores fundamentais de proteção à vida que os levam a apoderar de direitos, pensamentos e ações para dominar outros seres.

A autora citada ainda critica o uso da tradição como meio de justificar as práticas de crueldade contra os animais. Ela aborda que muitas práticas relacionadas a outros fatores foram sendo desfeitas no itinerário da história, portanto não tem fundo legal para tais justificativas que os seres humanos são superiores e tem direitos para subjugar os animais

A tradição, nesse caso, é um simples disfarce para a maldade humana. Temos que basear nossa responsabilidade moral nos princípios da justiça e da compaixão, e não nos escondermos atrás da tradição e nos acomodarmos com os valores que nos são familiares (CHUAHY, 2009, p.108)

Pode se correlacionar essas ideias da RAFAELLA CHUAHY com o pensamento do papa Francisco na Encíclica Laudato SI⁸ em uma crítica ao relativismo pós-moderno. No referido documento, o papa afirma que a lógica relativista justifica muitas atitudes que não enquadram numa lógica ética, muito menos na bioética. Ele ainda afirmou em outra passagem que é um ato de grande responsabilidade “(...) tratar com desvelo os outros seres vivos”. Ou seja, todo e qualquer animal, seja humano ou não humano, é digno desse respeito e cuidado. Na sua crítica, ele aponta “(...) é a mesma lógica relativista a que justifica a compra de órgãos dos pobres com a finalidade de vendê-los ou utilizar para experimentação, ou o descarte de crianças porque não correspondem ao desejo de seus pais”.

O autor PHILIP WOLLEN (2012) segue na mesma lógica. Em uma de suas palestras “Animals Should Be Off The Menu debate”, afirma sobre a empatia oprimida, a objetividade reduzida, a invisibilidade de crenças que gera os três Ns que compõem o tripé da justificação: O consumo de carne, leite e ovos é Normal, Natural, Necessário. E aponta para outros fatores em que os três Ns foram empregados “A gente já não ouviu isto? A escravidão é normal,

⁸ Louvado sejas; é uma encíclica do Papa Francisco, na qual o papa critica o consumismo e desenvolvimento irresponsável e faz um apelo à mudança e à unificação global das ações para combater a degradação ambiental e as alterações climáticas <https://ferreiramacedo.jusbrasil.com.br/artigos/207408620/carta-enciclica-laudato-si-do-santo-padre-francisco-sobre-o-cuidado-da-casa-comum>

natural, necessária. Dominação masculina é normal, natural, necessária. Supremacia heterossexual é normal, natural, necessária”. Assim como a JOY que afirma que os três Ns são sempre invocados para justificar atitudes como escravidão e sofrimentos provocados “Os três Ns tem sido invocados para justificar todos os sistemas exploradores, da escravidão africana ao holocausto nazista” (JOY, 2014 p.95).

Essas justificativas confirmam que o ato de alimentar-se de carne de animais se tornou prazeroso, quase um vício. O ego do paladar leva os consumidores de carne a acreditar ser impossível não fazer uso dessa nutrição, o que os faz justificar o abate de animais como uma prática normal, legal e, do ponto de vista religioso, aceito e autorizado por Deus. Todavia, “a religião não pode ser usada como escudo para o crime”. (CHUAHY, 2009 p.108)

Faz sentido enfatizarmos a racionalidade escravocrata, superiores e inferiores ao relacionarmos ao abate de animais, já que a pecuária veio ao Brasil paralela à chegada da escravidão dos negros. Além disso, o consumo de carne de boi foi incentivado pelos europeus no histórico da colonização.

Pode se comparar também com a escravização dos trabalhadores na segunda revolução industrial no modelo de produção fordismo e a linha de montagem, nesse contexto de discussão pode se afirmar que existe uma linha de montagem onde o trabalhador é explorado e desmontado na qual o animal vai perdendo paulatinamente as partes do seu corpo enquanto o trabalhador é escravizado na esteira . JOY aborda sobre essa realidade:

Uma vez na linha de montagem, o gado é atordoado, preso a correntes, sangrado, estripado e esfolado. Como acontece com os porcos a falta de trabalhadores experientes e a velocidade vertiginosa da esteira impedem a precisão no atordoamento e muitos bois acabam seguindo enquanto ainda estão conscientes. Bois conscientes na esteira são particularmente perigosos para os trabalhadores (JOY 2014.p.52)

A discussão parece contraditória quando nos debruçamos na lei 9.605 de 1998 no Brasil que afirma no art. 32 ser ilegal o sacrifício de alguns animais: “Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos: Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa”.

Enquanto o ativista PHILIP WOLLEN (2012) aponta a devastação cosmológica na afirmação de que 10.000 espécies desaparecem todo ano pela ação do especismo humano, parece que as expressões religiosas não caracteriza a situação de exploração e sofrimento animal como uma forma de violência. Com isso, percebemos que existe uma seletividade, o que pode ser confirmado nos itinerários históricos, filosóficos e religiosos. Como exemplo, cita-se a Campanha da Fraternidade 2018 “Fraternidade e Superação da Violência” que foi totalmente limitada ao aspecto da violência contra animais humanos, portanto, uma campanha pautada no especismo e antropocentrismo.

Diante destas constatações, pode-se perceber que os animais continuam vistos na ótica utilitarista, não são respeitados como seres sencientes. Nesse sentido, falar de violência sem trazer à tona a trágica situação dos animais é vê-los apenas como mercadoria inanimada para suprir as necessidades humanas, visão estereotipada, já que nutrição humana não depende de carne. Em muitos estudos diz o contrário porque a carne é um alimento que proporciona o aparecimento e desenvolvimento de muitas doenças. O ativista GRAY YOURAFSKY (2010) em uma de suas palestras afirmou que a matança exacerbada de animais nos EUA não é por questão de necessidade nutritiva ou de outras necessidades humanas e afirmou que as pessoas consomem produtos de origem animal por quatro razões: “Hábito, tradição, conveniência, gosto”.

4. Abate Humanitário, especismo e a relação entre os direitos dos animais e dos direitos dos seres humanos.

As terminologias discutidas neste tópico estão intrinsecamente ligadas, uma vez que têm como gênese os princípios da superioridade e dominação tanto em relação dos seres humanos com os animais, quanto de seres humanos em relação a outros seres humanos. O pensamento de superioridade sobre os animais, o poder e o abuso é o mesmo do pensamento de força que gera violência entre os seres humanos. A violência é uma ação que tem raiz no sentimento de superioridade e no abuso de poder e força, a sociedade atual é marcada por atos que denotam crueldade.

Para estabelecer regras de reparo a violência animal existe apenas lei parcial voltada para o especismo. Anteriormente citamos a Lei 9.605 de 1998, que aponta como crime atos abusivo contra algumas espécies de animais. Além dela, a Constituição Federal (BRASIL, 1988) no capítulo VI, artigo 225, parágrafo VII, aponta que é uma responsabilidade proteger o meio ambiente “– proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade”. A Constituição Federal no capítulo VI, destinado à conservação do Meio Ambiente, não apresenta a incumbência de proteger os direitos dos animais, mas evitar a extinção de algumas espécies que porventura acarretará o desequilíbrio ambiental e consequentemente afetar os animais humanos. Nesse sentido; PETER SINGER (2010) é enfático ao dizer que a destruição dos aspectos naturais é proibida caso venha prejudicar aos seres humanos.

É evidente o especismo, já que não encontramos nenhuma lei que incrimina o abate dos animais, chamados animais de produção. Ou seja, existe uma afirmação de que alguns animais foram criados para se tornarem alimentos. JOY (2014) afirma que a esse sistema de crença e ideologia especista pode-se denominar “Carnismo”, ou seja, o “Carnismo” significa um sistema de crenças em torno de consumo de alguns animais e não de outros. Para a autora além se ser especista é um sistema dominante e violento, é uma ideologia tão dominante que a sua doutrina é encarada como regra e não como opção. A autora é enfática ao dizer que é uma ideologia de pressão e abusos psicológicos, torturas, esquarteramento e, por fim, assassinato, sendo que “Carne não pode ser obtida sem violência”.

O entorpecimento psíquico é constituído de um complexo conjunto de defesas e outros mecanismos, que são onipresentes, poderosos, invisíveis e operam simultaneamente nos níveis social e psicológico. Esses mecanismos distorcem nossa percepção e nos distanciam de nossos sentimentos, convertendo a empatia em apatia (...). (JOY, 2014, p.23).

Do mesmo modo, a Declaração Universal dos Direitos dos Animais de 1978, embora afirme que todos os animais têm direitos iguais, abre o leque para o especismo ao afirmar no artigo 3 “Se for necessário matar um animal, ele deve ser morto instantaneamente, sem dor e de modo a não provocar-lhe angústia” e complementa no artigo 9 “Quando o animal é criado para alimentação, ele deve de ser alimentado, alojado, transportado e morto sem que disso resulte para ele nem ansiedade, nem dor”.

O esquema psíquico distorce a capacidade de pensar que a carne é um produto de sofrimento, mesmo aquelas pessoas que “defendem” o não sofrimento dos animais, quando vão alimentar-se de carne, não pensam que um animal que tinha vida e teve de sofrer para aquela carne existir.

A defesa psicológica se encarrega de provocar uma ruptura entre a realidade e a percepção; as distorções dos processos psíquicos entorpecidos pelo sistema cultural do consumo de carne. Assim a indústria da carne contribui para que não pensem no animal vivo ao comer carne, já que ao esquarterar o animal ele recebe nomes diversos, portanto, na mesa não se vê carne de um animal morto, mas, contra filé, picanha, filé *mignon*, cupim, maçã do peito, entre outros.

Nesse sentido a adequação verbal de objetualização e fragmentação, assim como o processo de retalhamento do animal, não causa impacto nem sensibilidade nos consumidores. “Os animais tornam-se não seres não somente pela tecnologia como também por expressões inócuas como ‘unidade de produção de alimentos’, ‘coletor de proteínas’, ‘máquina de conversão’ e ‘biomáquinas’”. (ADAMS, 2018).

A ideologia da negação e da invisibilidade do sistema Carnismo distorce os nossos pensamentos e as nossas ações, nos faz esquecer que os animais não humanos são seres sencientes e inteligentes, o que nos leva aos equívocos de torná-los apenas mercadorias. Por tal razão, Este sistema nos leva a se contrapor aos valores fundamentais como autenticidade, compaixão e justiça (JOY, 2006); “Ganância, estupidez, crueldade, ambição, falta de lealdade, desdém e individualismo excessivo são o que nos leva a explorar negros, pobres, índios, cachorros, vacas, gatos e até aqueles que chamamos de amigos”(CHUAHY, 2009 P.8)

Nesse sentido, pode-se afirmar que a constituição dos direitos dos animais e da defesa em prol da igualdade se baseia no princípio de sentir dor e não pela igualdade física e mental. A predisposição de sentir dor é uma defesa vital que leva ao interesse por não sofrer e, nesse termo, humanos e não humanos são iguais e, portanto, dignos de consideração igual.

Percebe-se que a defesa pela vida humana ecoa desde sempre como afirma Juvenal Arduini:

Não é possível assistir à demolição da vida humana, de braços cruzados. Não é possível aceitar que se banalize a vida para que se tenha o “direito” de “aniquilá-la”. Mesmo se as pessoas que, em determinadas condições, perderam alguns direitos, não perderam, por isso, o direito à vida. (ARDUINI, 1989, p.77)

É de fundamental importância a defesa da vida, porém sem se reduzir ao especismo antropocêntrico; não pode ser admissível que enquanto se preocupa e defende a vida humana, se esquece de que mais ou menos 1,2 bilhões de vidas não humanas são ceifadas semanalmente no mundo pelos interesses econômicos e do paladar humano.

Infelizmente a linguagem de direitos à vida está restrito ao cunho político que limita-se a direitos individuais e convenientes econômicos. Nessa lógica, a pauta da publicidade e da mídia nos faz acreditar que por trás de um produto de origem animal não existia uma vida, assim não pensamos que os animais têm sistema nervoso desenvolvido como nós e, portanto, sentem dor como nós. Essa verdade se revela em situações e atitudes como tensão arterial, pupilas dilatadas, aumento da pressão sanguínea, características que demonstram a repulsa dos animais em relação ao confinamento e à dor e o interesse pela fuga. Sem pensar as pessoas, passam a fortalecer e a patrocinar o especismo ao consumir produtos animais que têm por trás um dono da produção e do aquisitivo econômico que faz parte da nossa espécie humana.

5. Abate Humanitário e a relação entre a violação dos direitos dos animais e dos direitos humanos.

A violência é uma ação que tem raiz no sentimento de superioridade e no abuso de poder e força o que leva à negação dos direitos dos que não são iguais em totalidade. Diante dessa realidade, a sociedade atual é marcada por atos de crueldade

Na palestra sobre direitos animais e veganismo, realizada na Universidade de Geórgia Tech, nos EUA,. GARY YOUROFSKY (2010) instiga os estudantes a pensarem sobre a situação animal e faz a relação entre a situação da escravidão humana e a animal “A escravidão-propriedade, lucro, vítima, dominação - é uma exclusividade da raça humana? Negros, judeus, mulheres e crianças foram às únicas vítimas dessa atrocidade? Vacas não estão sendo escravizadas? E os porcos? Galinhas, perus, peixes e ovelhas? Se eles não são escravizados, então o que eles são? Livres?” (YOUROFSKY,2010)

A situação das vacas é mais agravante quando as crias são retiradas das suas presenças, se a cria é fêmea vai ser vítima da reprodução da sua mãe e se for macho se tornará carne de vitela. É prudente lembrar que algo parecido acontece nas granjas com os pintos. Estes, logo ao nascerem, é feita uma seleção, as fêmeas serão destinadas à produção de ovos enquanto os machos vão para serem triturados e transformados em ração isso quando a indústria tem o objetivo de produzir ovos e além disso, o processo de trituração e transformação deles em ração promove mais lucro que o adiantamento da vida até o abate

6. Educação ambiental no campo em ressonância com os direitos dos animais

A educação do campo e no campo tem como objetivos políticos e pedagógicos a valorização empírica. Geograficamente falando, busca intercalar o “espaço lido” e o espaço vivido, ou seja, fazer a união entre a teoria e prática, a junção de ambas no direcionamento da práxis

Nesse sentido, tem grande significado os aspectos pedagógicos que se configuram em uma educação estruturada na valorização das experiências de vida dos indivíduos, articula e dialoga para uma prática educativa emancipadora e libertadora; se fundamenta na proposta dialética de educação que visa à transformação e a formação humana e o combate às desigualdades, assume o embate a quaisquer formas de injustiça e exclusão, sendo que uma das suas matrizes pedagógicas é a humanização e reafirmação dos povos do campo

Além disso, visa à estreita relação entre teoria e prática na condição de educação contextualizada através de aspectos práticos voltados para a realidade atual, nesse caso, tem como fundamento a valorização das experiências concretas.

Nesse âmbito, a Educação do Campo se traduz através de uma proposta problematizadora da leitura da realidade característica relevante para organizar discussões acerca da situação do campo, no que diz respeito à criação de animais e os problemas ambientais advindos dessa prática. Nesse sentido, a produção de gases tóxicos como o metano produzido através do processo digestivo dos ruminantes sendo lançado no solo por meio do estrume e da fraudulência desses animais.

De acordo BRUNO ABREU (2009), em redação no Diário de Notícias, os animais ruminantes são responsáveis por 18% da poluição ambiental ultrapassando os meios de transportes na modalidade carro que soma 13% da poluição que afeta o meio ambiente, além disso, ele afirma que o metano produzido pelo sistema digestivo dos animais é um gás 20 vezes mais poluidor que o dióxido de carbono.

Além disso, os resíduos resultantes do processo do abate como o sangue, pelos e as vísceras que são jogadas aleatoriamente causam odores, produzem bactérias, insetos além de esses resíduos escoarem para as reservas de águas, o desperdício e o consumo acentuado de água e energia, apesar de essa situação ser relacionada ao abate clandestino, sabe-se que o abate oficializado as vezes burla as regras da lei. Embora o Decreto Nº 9.013, de 29 de março de 2017 (RIISPOA.) Estabeleça normas de fiscalização e controle ainda existe muitas controvérsias em relação à prática, principalmente porque os órgãos fiscalizadores centram mais na fiscalização das industriais de carne de grande porte.

Outro fator a se pensar é que o decreto pode apenas ser voltado a responder os requisitos das políticas protecionistas internacionais de barreira sanitária em relação à carne do Brasil, devido a disputa econômica, sendo o Brasil o segundo maior país exportador de carne. Além disso, a poluição desses países sabem exigir de seus governantes alimentos com qualidade, não aceitam alimentos que possam transmitir doenças, sejam os alimentos advindos dos animais ou de vegetais.

Nesse sentido, a Educação do Campo deve apontar para os aspectos pedagógicos de respeito e conservação ambiental que instiga a educação humanitária capaz de criar práxis fundamentada e estruturada para conscientizar os seres humanos de que são partes da natureza e não donos; com esse entendimento chegar a compreender e direcionar ações que reconheçam os animais como companheiros e não coisas criadas para fins humanos.

Ademais, qual o papel da educação do campo numa sociedade marcada pela dominação e supremacia capitalista? Sendo ela uma instância humanizadora, portanto deve ser comprometida com os problemas sociais, assim sendo, não deve reproduzir

fatores de exploração e dominação e sim gestar concepções diferenciadas no ato de educar, embora não vise hegemonizar pensamentos e ações, mas incitar a criticidade.

Sabe-se que educar nessa lógica não é fácil em um sistema capitalista que visa o crescimento econômico acima de qualquer coisa e o agronegócio a agropecuária são meios viáveis para essa aquisição.

Além do grande desafio para o enfrentamento da causa dos animais e de defesa do meio ambiente infelizmente as escolas do campo estão desaparecendo com a chamada nucleação escolar que vai exaurindo a educação do campo e no campo. Na verdade, tínhamos educação no campo, mas não do campo, já que os métodos didáticos e recursos metodológicos sempre eram voltados para os aspectos urbanos, porém existiam as experiências empíricas do espaço vivido, a interação emocional a partir da percepção e dos sentidos. Isto é, o sentimento de pertencimento de espaço humanizado, que se caracteriza o espaço vivido, o “lugar.”

O conceito de lugar refere-se a um espaço humanizado, construído por meio da interação emocional dos indivíduos. Nesse sentido, o campo é o lugar onde nasce de forma mais intensa a natureza que acolhe a todos os animais humanos e não humanos. Assim sendo, a educação do campo e no campo tem salutar importância, tendo em vista sua capacidade de alargar conhecimentos acerca do cuidado com a natureza que nos abriga, assim como abriga outros seres nossos companheiros que também merecem ser respeitados e viver.

Ao tratarmos do tema do Abate Humanitário e Consumo de Carne: direitos dos animais e impactos ambientais no campo é oportuno lembrar que uma pessoa do campo tem um vínculo maior com os animais, por exemplo, uma criança do campo que brinca com animais tende a cuidar mais deles e defendê-los. Também tem uma consciência maior da procedência da carne, o que faz sentido relembrar a ideia de “referente ausente”. Para uma criança da cidade, enquanto ela come carne que compra no supermercado, provavelmente não vai associar que carne é o resultado de um animal, enquanto uma criança do campo vive o drama do abate, como foi afirmado por mais de uma pessoa que respondeu, ao questionário. Mas pode também acontecer o contrário, devido conviver com frequência a prática do abate pode se tornar normal e natural.

Além disso, o desligamento do lugar, a quebra de vínculo com o espaço de identidade poderá levar a falta de consciência do todo, ou seja do planeta “mais importante que a consciência do lugar é a consciência do mundo obtida através do lugar” (SANTOS, 2012) Além do fechamento, estima-se que algumas escolas que se mantêm no campo prosseguem em situação de abandono e péssimas condições. Assim as crianças vão para a cidade, o que as faz perder esse sentimento de pertencimento ao campo. Perde também o sentido geográfico de lugar enquanto espaço de acolhimento e perde o vínculo com a relação com a vida do campo e, porventura, perde a relação de carinho e atenção para com os animais.

Nesse sentido, a educação do campo exerce um papel de fundamental importância na formação da consciência, assim como na conservação da essência “(...) cada um desta sala foi um defensor dos animais em algum momento de suas vidas, um verdadeiro amante dos animais, um real amigo do reino animal. Isso foi quando éramos crianças!” (YOUROFSKY,2010).

Diante disso, além de conservar as qualidades inerentes aos educando a educação do campo veicula se a um projeto de desenvolvimento sustentável agroecológico e tem o papel de conscientizar os mesmo a se comprometerem com essa causa.

Nesse contexto da educação do campo e no campo a agricultura familiar agroecológica tem grande significado enquanto base econômica e de segurança alimentar e nutricional, assim a educação tem o papel de incentivar e construir conhecimento teórico e base técnica, instruir para o cultivo livre de agrotóxicos, os quintais produtivos, incentivar na busca de acesso a água a terra e as sementes, aprendizagem do gerenciamento econômico da água e da energia, contatar capacitação técnica e estímulo à experimentação, ou seja, uma educação contextualizada

Esta realidade é um grande desafio no contexto educacional, sendo que a sociedade capitalista tem como um dos pontos principais o fortalecimento e financiamento do agronegócio que é também o fruto da concentração de terras nas mãos de poucos, tendo a pecuária como grande parceira, atividade que provoca grandes agressões ao meio ambiente. Raquel Maria Rigotto na entrevista ao Jornal de fato manifesta sobre a situação avassaladora causada pelo agronegócio

“Temos aí o modelo da monocultura, que começa destruindo a biodiversidade, desmatando, tirando o que tem de vegetação (...) Desmatam o cerrado, a caatinga, a floresta amazônica ou a mata atlântica (...) Além disso, é um modelo que chamamos de químico-dependente, ou seja, é um modelo viciado em agroquímicos. (RIGOTTO, 2001)

Esta realidade causa sofrimentos como a fome; advindos do enriquecimento de uns e empobrecimento de outros. A agropecuária e a indústria da carne são detentoras da concentração econômica o que gera desigualdade também entre os seres humanos.

Assim como afirma YOUROFSKY.

Causa raiz da fome no mundo: sociedades que comem carne. 65% dos grãos do mundo são reservados a cada ano para alimentar 53 bilhões de animais terrestres, que são mortos todos os anos neste planeta. E dezenas de bilhões de animais marinhos. Temos fazendas de peixes hoje em dia. em vez de utilizar essas culturas para seis bilhões e meio de pessoas. (YOUROFSKY 2010)

Neste sentido a educação do campo tem a função e pode ajudar em primeiro lugar as crianças e jovem na empatia pelos animais o respeito e a conservação do meio ambiente e a se comprometer com a causa de igualdade para todos humanos e não humanos, ou seja, a consideração pelos interesses de cada um e de todos

7. Análise dos dados: resultados e discussões

Neste tópico apresenta-se, os resultados e a análise dos dados coletados através do questionário de pesquisa que continha as seguintes perguntas: “Você consome carne? Com qual frequência?”, “Ao serem criados os animais eram destinados ao consumo humano ou essa prática foi sendo aprendida ao passar dos tempos?”, “Quem mais trabalha com abate de animais, homem ou mulher?”, “O Abate Humanitário pode ser considerado uma prática de respeito aos Direitos dos Animais?” “Todos os animais são iguais? Por que ama, cuida, estima uns e matam os outros?”. “Você já acompanhou o abate de algum animal?”, “A criação de animais em grande escala e o abate pode causar problemas ao meio ambiente?”, “Qual a sua opinião sobre animais carnívoros? Por exemplo, felinos como a onça, que consome a carne de suas presas ainda viva?” , “Na sua opinião a prática pedagógica da Educação do Campo e no Campo contribui para o respeito dos Direitos dos Animais e a conservação Ambiental?”, “É

possível um bom relacionamento amoroso/ conjugal entre uma pessoa vegetariana/ vegana é uma que consome carne”

A coleta de dados por meio de questionário com 12 perguntas, aplicado na feira livre de Guanambi BA e demais espaços citados contou com diversificados perfis, com o intuito de se ter uma visão coerente e ampla do objetivo da pesquisa, A coleta casual permitiu se abranger pessoas de mais localidades da região

A Análise não prossegue no sentido crescente de ordem da perguntas , nem de valor aqui o que se quer é um análise de entrosamento entre os dados e esses correlacionados com a ideias apresentadas nos tópicos anteriores, ou seja a discussão abrange a característica horizontal do cruzamentos de dados

Contribuíram com a pesquisa 22 pessoas de 19 a 70 anos do sexo masculino e feminino, sendo 10 mulheres e 12 homens. Pessoas residentes no campo e na cidade, no espaço destinado a feira livre de Guanambi-Bahia nos domingos, segundas feiras e quintas feiras; dias oficiais do município para o comércio na feira livre, porém a comercialização de produtos acontece durante toda semana, mas com feirantes de cidade, por isso optou-se por esses dias com o objetivo de pesquisar pessoas do campo e da cidade. Essas pessoas foram abordadas enquanto fazia suas compras ou vendiam seus produtos. Eram convidados a participar da pesquisa após um conversa informal visando não deixa-las receosas, esse cuidado foi dobrado nos pontos de venda de carnes porque prévia a rejeição por medo de ser fiscalização.

Essas pessoas foram feirantes, trabalhadores de locais de venda de carne bovina e suína , visitantes da feira, funcionários de clínicas veterinárias e casa de produtos animais, diretora de uma Organização não governamental (ONG) defensora dos direitos animais, professor, dois padres das paróquias de Guanambi Bahia

A pesquisa apresenta visões de que a educação do campo se responsabiliza no comprometimento da formação para a transformação da realidade social do ponto de vista dos participantes. Porém em análise percebeu - se que ao serem questionados “Em sua opinião a prática pedagógica da Educação do Campo e no Campo contribui para o respeito dos Direitos dos Animais e a conservação Ambiental?” disseram que sim “Com certeza, pois podem ser

desenvolvidos diversos conteúdos para trabalhar a conscientização” Respondeu uma pedagoga diretora de uma ONG de defesa aos direitos dos animais. Nesse sentido, percebe-se que essa resposta apresenta uma possibilidade, mas não uma prática. Nesse caso, pensa-se que a pergunta deveria ter sido melhor elaborada para instigar a uma resposta em termo de prática, se acrescentasse por exemplo a palavra “ como?” ou seja, reformulada a pergunta “Em sua opinião a prática pedagógica da Educação do Campo e no Campo contribui para o respeito dos Direitos dos Animais e a conservação Ambiental? Como?” possibilitaria a coleta de dado mais contundente e relacionada à prática educacional da educação do campo. Além disso, percebeu-se que a melhor metodologia seria a entrevista, devido o tema da pesquisa ser amplo, já se havia pensado desde o início da escolha do tema, porém alguns entraves como disponibilidade de maior tempo não permitiu o emprego dessa citada metodologia que requer maior tempo para escuta e transcrição.

A predominância do grau escolar dos pesquisados foi o ensino fundamental e Médio, das 22 pessoas apenas quatro cursaram o ensino superior o que dificultou o entendimento de algumas perguntas e termos como “abate humanitário” “e direito dos animais” revelou que eles têm conhecimento apenas do abate clandestino, assim só emitia a resposta após devolver a pergunta e obter o conceito do termo, isso significa que as respostas foram ineficientes para responder a interrogação inicial “ É possível matar humanamente?

Dos pesquisados 11 pessoas estudaram no campo e convivem com animais e a realidade do campo; uma senhora de 70 anos disse que não frequentou a escola, mas devido a necessidade da vida na atividade de compras e vendas na feira livre aprendeu a ler, escrever e fazer cálculos matemáticos sozinha, nasceu e vive no campo até os dias atuais. Alguns saíram do campo para estudar na cidade, mas todos conhecem muito bem o campo.

Diante dessas afirmações pode se perceber que embora vivendo no campo e convivendo com animais eles consomem carne em grande quantidade sendo que apenas duas pessoas afirmaram não consumir carne: um estudante de 31 anos e uma senhora de 55 anos agente comunitária de saúde (ACS) os outros consomem carne todos os dias mais de uma vez exceto um que diz comer dias alternados, mas nessa afirmação fica uma lacuna sendo que é comum as pessoas classificarem por carne somente a de boi, porco e carneiro é comum as pessoas perguntarem aos vegetarianos se comem peixes e frangos, isso significa que não são considerados na visão de muitos como carnes, nesse caso o DeRose é enfático ao dizer

“Vegetariano é aquele que não come carnes. Nem vermelhas, nem brancas, nem azuis, nem furta-cor. Carne alguma. E é só isso”. (DEROSE 2004)

Nessa ótica percebeu que o ato de alimentar-se é muito mais que apenas uma prática para saciar a fome, é uma atitude carregada de aspectos sociais e culturais como afirma Roberto DaMatta (1986), já que além dessas pontuações diferencia comida e alimento empregando sentidos diferenciados "Comida não é apenas uma substância alimentar, mas é também um modo, um estilo e um jeito de alimentar-se. E o jeito de comer define não só aquilo que é ingerido, como também aquele que o ingere" (DA MATTA, 1986, p.56)

O consumo de carne é bem amplo, quase atingiu a unanimidade de pessoas que utilizam a carne como comida ou alimento. Se na definição do autor alimento é tudo que oferece energia para manter os indivíduos vivos e comida é tudo aquilo que produz prazer, então, a carne entra na definição de comida, sendo que a pesquisa mostrou que a carne é o ingrediente principal nas mesas das pessoas entrevistadas.

Chega-se a uma conclusão que o carnismo continuará e com ele o abate animal, foi praticamente unanimidade a afirmação “ Deus deixou que comêssemos os animais” e também a mesma frase que a JOY menciona “ as coisas são assim mesmo” (JOY 2014 p. 37) essas foram afirmações mais constantes e relevantes para se entender que para os pesquisados o abate é normal, natural e necessário como afirma a autora. Concluiu-se que afirmativas como essa e como a da proteína animalizada justifica o não comprometimento para mudar, para não fazer diferente e assim continuar se alimentando de carnes e mesmo que de forma indireta e condicionada continuar financiando a indústria da carne por meio do entorpecimento psíquico e de o referente ausente.

Diante da pergunta “Tem disponibilidade emocional para matar um animal” ou seja, coragem de matar, percebeu-se que as pessoas consomem carne, mas não têm liberdade emocional para matar, o que demonstra que não somos biologicamente carnívoros, conclusão também apresentada por De Rose (2004, p.29) “(...) 99% dos humanos não têm coragem para enfiar a faca na jugular do bovino! Seria prova suficiente de que não somos predadores naturais”. O autor argumenta que carnívoros são os animais que matam a suas presas e as devoram ainda quente, derramando o sangue, o que não parece ser o caso dos/as participantes desta pesquisa. O mais curioso na pesquisa é que, mesmo as pessoas que trabalham em

abastecimento de carnes, nenhuma declarou ter coragem de matar, todas recebem o animal morto.

A partir desses dados, cabe destacar as considerações de ADAMS (2018 p.79) sobre “Referente Ausente”. As pessoas ao consumirem carne não pensam que aquela carne era um animal que tinha vida. E JOY reforça essa ideia, ao dizer que “A invisibilidade nos permite, por exemplo, consumir o bife comum sem pensar no animal que estamos comendo; ela esconde nossos pensamentos de nós mesmos”. Exemplo disso, foi a revolta dos telespectadores do programa *Tempero de Família* do Canal de televisão GNT, que, em 2016, apresentou uma cena em que o apresentador Rodrigo Hilbert abateu um filhote de ovelha. A polêmica foi tanta que, como consequência, gerou um abaixo assinado contra a atitude do apresentador. Isso significa que enquanto comem carne as pessoas não associam ao abate e sofrimento dos animais.

Em relação a quem mais trabalha com abate de animais, homem ou mulher, a compreensão dos participantes da pesquisa é de que a prática do abate é uma atividade basicamente masculina na região de Guanambi Bahia. Provavelmente esse fato não deve estar relacionado apenas à força física, mas sobretudo a fatores culturais e históricos de dominância e supremacia do gênero, o que se revela tanto na própria espécie se estendendo as outras, isso revela o poder patriarcal.

Diante da indagação “Os animais foram destinados a serem alimento ou foi uma prática aprendida ao longo dos tempos pelos seres humanos” prevalece a visão utilitarista em relação aos animais não humanos destinados para a alimentação humana, maior parte dos questionados afirmaram que Deus ao criar os animais destinou os para viverem sob os poderes dos humanos inclusive servir lhe de alimento, assim o sistema de crença marca a escolha de alimento na vida das pessoas sem sequer pensar ou refletir sobre a escolha. É pertinente lembrar que as crenças religiosas teve forte contribuição na sustentação da justificativa ou seja, se Deus autorizou é basicamente inquestionável a ação, essa afirmação foi muito clara nas respostas de um dos representantes religiosos dos pesquisados “ a Bíblia não desautoriza o homem de matar os animais para alimentação, o que não pode haver é o abuso” foi justamente essa mesma afirmativa ouvida no itinerário histórico a algumas décadas que instigou a escolher o tema desse artigo “Abate Humanitário e Consumo de Carne: Direitos dos Animais e Impactos Ambientais no Campo”.

Percebe-se uma controvérsia, em relação ao questionamento “O Abate Humanitário pode ser considerado uma prática de respeito aos direitos dos animais?” embora acreditem que os animais tenham sido criados com o propósito de servirem aos humanos como alimento eles afirmam que os animais são desrespeitados em seus direitos o principal a vida, mesmo levando em consideração as práticas bem estaristas, nessa abordagem entra o pensamento do referente ausente defendido pela ADAMS (2018), ou seja ,ao comer, as pessoas não faz associação com um animal morto, porque acreditam ser desrespeito tirar a vida, matar, mas ao mesmo tempo consome carne o que permite reafirmar que o ato de comer carnes tornou se prazeroso quase um vicio, o ego do paladar ao ponto das pessoas não serem capazes de fazer associações entre seus pensamentos e suas atitudes. Isto porque “a invisibilidade nos permite, por exemplo, consumir um bife comum sem imaginar o animal que estamos comendo ; ela esconde os nossos pensamentos de nós mesmos”.

Concluiu - se através dos dados que metade das pessoas respondeu que os animais são iguais e metade disse que são diferentes, embora as mesmas pessoas que defenderam que todos os animais são iguais, em termo de senciência, acreditam que eles foram criados para suprir as necessidades humanas em relação à nutrição. Segue a lógica do tripé argumentado por Philip Wollen (2012). O consumo de carne é: Normal quando uma pessoa questionada respondeu “Foi sempre assim, desde o começo do mundo”; É essa mesma afirmativa que aparece na discussão da JOY e ela questiona: “ As coisas são assim mesmo. Pare para pensar um instante nessa declaração. Realmente reflita sobre ela. Mandamos uma espécie para o açougueiro e damos a outra amor (...) pela única razão de *as coisas são assim mesmo*” (JOY,2014 P.29) Natural, na resposta de outra “Lei da vida, da natureza” outro pesquisado responde que os animais são iguais, mas afirma a necessidade de matá-los “Sim, mas é necessário comer” e “ alguns foram destinados para isso” nesse caso a tradição se manifestou muito arraigada nas ideias e conceito dos pesquisados, sobretudo o cunho religioso de visão utilitarista que justifica, eles nasceram para isso, serem alimento, embora sintam que eles sofrem, porém os fins justificam os meios

Nota-se também nas respostas a afirmação do legado cultural. “Essa é uma questão cultural, se você cresce em uma família que consome carne, naturalmente, você vai criar o hábito de consumir também”. Essa questão possibilitou também chegar a dois paralelos

pontos de vistas: um voltado para o utilitarismo e objetualização animal; e outro voltado para a abolição animal que devolva o direito de viver “Todos os animais são diferentes, entretanto o direito à vida é para todos. A própria constituição assegura os animais, só não é colocada em prática”. Resposta de um pesquisado vegetariano, aqui percebeu se que ele referiu aos aspectos de diferenças físicas, sem trazer para o debate a igualdade em termo de senciência e de interesses.

“A maioria das pessoas mata uns e amam outros na minha visão por desconhecimento e por essa questão está impregnada na sociedade” No Brasil as pessoas não têm costume de comer cachorro, aqui eles têm certo privilégio em relação ao gado, porcos e galinhas... Mais em países orientais a coisa é bem diferente. As pessoas matam gado, galinha... por achar aquilo "normal", se não achasse "anormal" elas comeriam cachorro aqui no Brasil também”(Estudante de 31 anos , vegetariano)

O estudante vegetariano traz a tona discussão sobre os fatores culturais que definem o especismo, ou seja, aquelas implicações que levam a fazer a seleção entre aqueles animais que podem servir de alimento e os que não podem; percebeu se com essa pesquisa que essas implicações são irreflexivas apenas um condicionamento cultural “O consumo de carne é um desrespeito, uma violação da vida; eu particularmente não consigo alimentar de um ser que viveu, sofreu e foi brutalmente assassinado simplesmente para satisfazer o desejo de comer carne”(ACS de 55 anos) em análise dessas respostas percebeu-se que a questão cultural é muito forte e leva a justificar a prática, mas essa não é uma regra geral mesmo que em pequena quantidade existem pessoas que conseguem perceber e agir além da cultura JOY (2014) se opõem a ideia de que os animais são diferentes ela defende que eles são iguais e que os tornam diferentes é a nossa visão e percepção sobre eles

Os dados mostraram que mesmo quem come carne se compadece do sofrimento animal, mas quando consome a carne não associa a um animal morto no momento em que come carne, traz á tona a indicação de que os animais são esquecidos quando estão cozidos e temperados no prato e nas refeições.

Os participantes da pesquisa abordaram que a pecuária é um problema para o meio ambiente; estão cientes que essa produção econômica acarreta o meio ambiente de forma significativa. Afirma uma pesquisada:

“A agropecuária é uma das causas que contribui para o desmatamento, além de ser uma prática que necessita de grande consumo de água” e “Sim, para a produção de pastos é preciso desmatar grandes áreas de terra para a criação de gado e sem contar os impactos diretos no efeito estufa no planeta” (pedagoga diretora de uma ONG de defesa aos direitos dos animais).

Nesse contexto afirmaram que a educação do Campo e no Campo tem singular importância na educação ambiental, mas sem incluir a conscientização dos direitos dos animais, exceto duas pessoas que se referiram ao tema uma delas afirmou:

“O termo educação é bem amplo, penso que sim, principalmente aquelas pessoas de mais idade que criam animais no campo para o abate. A maioria das pessoas têm parentes camponeses que ainda pratica o abate no próprio campo, é um processo cruel que só a educação pode resolver”(vegetariano 31 anos)

Nessa abordagem o entrevistado faz referência ao abate clandestino que é uma forma cruel para ceifar a vida dos animais, além de ser uma prática muito poluidora, os dejetos são jogados e deixados expostos sem nenhuma regra de higiene e de conservação ambiental. A resposta incitou também a percepção de que ainda não existe a universalização da prática do abate humanitário.

Nesse sentido, percebeu se que o método de pesquisa deveria ter sido mais bem elaborado para se ter dados mais reais e não apenas o que pensam, mas em termo prático o que veem de concreto. Pesamos a educação sempre foi e é vista como aquela que refaz que repara e equipara conhecimentos, iguala realidades e pessoas; nesse sentido quando é abordado para falar sobre as atribuições da educação não se deporta ao que ela faz na prática, mas no que a teoria da educação diz, assim concluiu- se que os objetivos da pesquisa não foi alcançado nos que diz respeito às contribuições da educação na construção de conhecimento e prática de respeito ao direitos dos animais e a conservação ambiental.

Para entender de fato a grande relação do ser humano com a carne, e se de fato já nasceu carnívoro, ou seja, comedor de carnes aplicou se a seguinte pergunta “Qual a sua opinião sobre animais carnívoros? Por exemplo, felinos como a onça, que consome a carne de suas presas ainda viva” para a análise utilizou os dois conceitos de DeRose 2004” carnívoro e carnicerismo” as respostas se restringiram na questão da necessidade de sobrevivência e da

cadeia alimentar algumas respostas como “Não gosto de ver sofrimento animal, mas se é da natureza da onça comer outros não podemos fazer nada, pois ela está em um ambiente propício a isso (ou ela mata ou ela morre).” Ao contrário do ser humano que é um ser que não tem estrutura para ser carnívoro.”.

De acordo afirmou grande parte dos pesquisados “os felinos são movidos pelos instintos,” isso significa que ao se deparar com uma presa ou sentir o cheiro de sangue ele não pensa em nenhum artefato como faca, machado, porrete... ele devora ali mesmo instantaneamente porque tem todas as condições necessárias para o abate e sem precisar de sal, cominho, alho, enfim, conclui se que ele é um carnívoro. Como afirma um dos pesquisados “Já nasceram carnívoros, com garras, dentes, prontos para atacar as suas presas” essa resposta encontra eco na afirmação: “Carnívoro é o animal que mata a sua presa e devora com o sangue ainda quente” (DeROSE 2004 p. 29) O Autor aponta como possibilidade outra caracterização para aqueles que não têm coragem ou capacidade física de abater as suas presas “ O carniceiro é o animal que não tem capacidade de matar a própria presa. Espera que outro a mate e devora mais tarde, com o sangue frio” ((DeROSE 2004 p. 29) e para melhor entender as respostas do pesquisado “instinto”, “ lei natural, cadeia alimentar” , “ meio de sobrevivência”, “Eles não pensam sobre a ação”, “É a verdade da vida, não foram criados para comer frutas” os dois conceitos carnívoro e carnicerismo de DeRose 2004 explicam muito bem.

Exemplos de carnívoros: leão, leopardo, onça, tigre, etc. Exemplos de carniceiros: abutre, urubu, hiena... É, parece que estamos em má companhia. Afinal, os seres humanos não matam a própria presa e sim devoram-na com o sangue já frio. Com uma diferença. Os abutres, os urubus e as hienas devoram as carnes em início de putrefação, com algumas horas do animal morto. Os humanos comem as carnes com meses ou anos de estocagem da carne nos frigoríficos. Quando ela é retirada para consumo está verde. Torna-se necessário, então, revitalizá-la com nitratos, nitritos e salitre, que devolvem a coloração avermelhada. Os dois primeiros são conhecidos cancerígenos. Já o salitre é célebre pelo seu uso em colégios internos, mosteiros e quartéis, pela sua capacidade de reduzir o estímulo sexual. (DeROSE 2004.P.30)

Diante disso, concluiu que aprende-se pela tradição e pela cultura. Essas condições levaram os seres humanos a adicionar a carne aos alimentos, da mesma forma dos animais por questão de sobrevivência e escassez, mas não foram destinados a comer carnes o que leva

a outros fatores “O grande problema com esse tipo de alimentação é que não fomos projetados para digerir carnes. Há diferenças estruturais intransponíveis entre o animal projetado para comer carne e o projetado para comer vegetais.” (DeROSE 2004 P.30)

Discutir direitos dos animais é imprescindível correlacionar aos direitos humanos principalmente no que diz respeito aos direitos de escolha; os animais não têm direito de escolher se querem ficar soltos ou nos confinamentos eles não escolhem se querem está vivos ou não, eles não decidem se querem ou não comer; da mesma forma existe a alienação e escravidão humana muitas vezes as pessoas não tem este direito de liberdade nas suas decisões por essa razão perguntou se aos pesquisados “É possível um bom relacionamento amoroso/ conjugal entre uma pessoa vegetariana/ vegana é uma que consome carne” afirmaram que ser casal em um relacionamento afetivo vegetariano e carnívoros é conciliável desde que haja cumplicidade e respeito de ambos os lados, embora uma pequena amostra acredita ser desafiador, sendo que os vegetarianos enfrentam muitas criticas

- **Respaldo de algumas ideias: palavras finais**

Os aspectos históricos, culturais, religiosos e filosóficos tem direcionado e sustentado a prática do uso dos animais na alimentação humana de forma impensada. A pesquisa pontuou que o consumo de carne tornou-se quase um vício, ou seja, mesmo as pessoas sendo cientes da sciência e do sofrimento animal e se comovendo, elas não conseguem absterem de carnes e financiam o abate através do consumo, prática justificada através de afirmações “ sempre foi assim”, “ Deus quis assim” .

O uso de animais para fins humanos seja para a alimentação ou para outros fatores, se baseia na visão utilitarista, ou seja, os animais foram criados para servir aos humanos, assim a cultura moral justifica o abate de animais como meio “normal, natural, necessário” por outro lado a cultura ética que direciona a postura abolicionista, ou seja o não uso dos animais em nenhuma situação de exploração, se fundamenta no principio da sciencia animal, defende que se os animais são capazes de sentir dor, eles tem o direito a vida, não podem ser expostos a morte mesmo em práticas de bem estar como no caso do abate

humanitário, mesmo na morte após o corpo insensibilizado o animal perde a vida, na visão abolicionista isso é inadmissível

Além disso, deve se pensar eticamente que a agropecuária é uma atividade responsável por problemas ambientais graves como o desmatamento, o acelerado consumo de água e energia, a produção de gases poluentes como o metano entre outros. Diante desse contexto a educação do campo tem grande responsabilidade de incluir esses fatores nas discussões, fazer debates, campanhas para a conscientização de maior número de pessoas

Embora com a percepção e análise que o método utilizado para coleta de dados foi ineficaz para responder objetivos como entender se o “Abate humanitário pode ser considerado uma prática de respeito aos direitos dos animais” acredita-se que requer um debate, uma conversa com maior período de tempo, concluiu-se que o uso do questionário para coleta de dados ajudou a perceber que existe um desconhecimento sobre o abate humanitário e o direito dos animais, assim como as questões ambientais, entendeu que as respostas foram superficiais, do mesmo modo que percebeu no processo da análise que o questionário poderia ter sido melhor elaborado para incitar respostas mais refletidas. Na verdade o uso do questionário para a pesquisa e coleta de dados foi adotado devido alguns entraves para realização de entrevistas.

Diante das afirmações chegou-se à conclusão que há um desconhecimento sobre os problemas advindos da prática do abate de animais. O conhecimento e a discussão sobre abate humanitário e direito dos animais, ainda estão no processo de gestação, primeiro porque não se encontra muitos trabalhos publicados, as referências bibliográficas ainda são limitadas. Foi difícil encontrar livros que fundamentassem e desse suporte à pesquisa Abate Humanitário e Consumo de Carne: direitos dos animais e impactos ambientais no campo

Assim conclui que é necessário a postura reflexiva na ótica dialógica da ação - reflexão – ação; com a convicção de que esse artigo impulsionará para novas construções, sendo que a pesquisa deve ser algo contínuo e discutir a causa dos animais não humanos e humanos é uma necessidade constante, esse foi o intuito da realização deste artigo, desequilibrar as certezas das crenças para suscitar inquietações e perguntas que instiguem a novas pesquisas.

Referências

ADAMS, Carol J. A política sexual da carne: uma teoria feminista – vegetariana; tradução de Cristina Cupertino. 2ed. São Paulo: Alaúde Editorial, 2018.P.59-91

ARDUINI, Juvenal. Destinação Antropológica ed. São Paulo: Paulinas 1989 p.77

CHUAHY, Rafaella. Manifesto pelos direitos dos animais, Rio de Janeiro: Record,2009 p.8-108

DAMATTA, Roberto. O que faz o Brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DE, Rose L.S.A. Alimentação Vegetariana: chega de abrobrinha! São Paulo:Nobel 2004

FRANCISCO, Papa. “Carta Encíclica Laudato Si”. São Paulo: Editora Paulinas, 2015

JOY, Melanie. Por que amamos cachorros, comemos porco e vestimos vaca: uma introdução: o sistema de crenças que nos faz comer alguns animais e outros não; tradução Mário

SANTOS, M. A natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SINGER,Peter. Ética Prática; tradução Jefferson Luiz Camargo. 3ed. São Paulo: Martins Fontes,2002

_____, Libertação Animal; São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010

Um Apelo Emocionante pelos Animais - Philip Wollen. Disponível em:< https://www.youtube.com/watch?v=_mWQK0yfHnM > acesso em: 04/08 2018

Meio Ambiente. Disponível em: <<https://www.svb.org.br/vegetarianismo1/meio-ambiente>> acesso em: 05/08/2018

Programa de Rodrigo Hilbert gera polêmica após morte de ovelha Disponível em: <<https://ego.globo.com/televisao/noticia/2016/03/morte-de-ovelha-em-programa-de-rodrico-hilbert-gera-polemica-na-web.html>> acesso em: 31/08/2018

Entrevista: Raquel Maria Rigotto - "Agronegócio causa estrago na saúde do trabalhador" Disponível em:< <https://jornalrebate.entrevista-raquel-maria-rigotto-agronegocio-causa-estrago-na-saude-do-trabalhador>> Acesso em: 23/09//2018

Além do Carnismo, Melanie Joy. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GzS0hSeKVFw>> acesso em: 01.01.2018

Exportação de carne bovina cresceu 11% em 2018. Disponível em: em 2018 <http://www.brasil.gov.br/noticias/economia-e-financas>> acesso em: 01.11.2018

Palestra de GARY YOUROFSKY Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=8bH-doHSY_o&t=238s> Acesso:03.22.2018

APÊNDICE: questionário utilizado para coleta de dados



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB CAMPUS XII PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

**PÓS GRADUANDA: MARIA MADALENA PEREIRA DE JESUS
MATRICULA: 151.700005
PESQUISA BÁSICA**

ABATE HUMANITÁRIO E CONSUMO DE CARNE: DIREITOS DOS ANIMAIS E IMPACTOS AMBIENTAIS NO CAMPO

QUESTIONÁRIO

NOME: _____

ENDERECO: _____

IDADE: _____ **SEXO:** _____

NÃO ESTUDOU _____ **ESTUDOU** _____ **ESTUDA** _____

ONDE ESTUDOU _____

1 – Você consome carne?

2- Se consome, tem disponibilidade emocional para matar?

3- Se consome, com qual frequência?

- Todos os dias
- Dias alternados

Outras _____

4 - Ao serem criados os animais eram destinados ao consumo humano ou essa prática foi sendo aprendida ao passar dos tempos?

5- Quem mais trabalha com abate de animais?

- Homem
- Mulher

6- O Abate Humanitário pode ser considerado uma prática de respeito aos Direitos dos Animais?

7- Todos os animais são iguais? Por que ama, cuida, estima uns e matam os outros?

8 - Você já acompanhou o abate de algum animal?

9- A criação de animais em grande escala e o abate pode causar problemas ao meio ambiente?.

10- Qual a sua opinião sobre animais carnívoros? Por exemplo, felinos como a onça, que consome a carne de suas presas ainda viva?

11- Na sua opinião a prática pedagógica da Educação do Campo e no Campo contribui para o respeito dos Direitos dos Animais e a conservação Ambiental?

12- É possível um bom relacionamento amoroso/ conjugal entre uma pessoa vegetariana/ vegana é uma que consome carne

OBSERVAÇÕES: